

# EDUCAÇÃO FÍSICA REPROVA?

---

**CLAUDIANE BEATRIZ ELY**

Mestranda no Curso de Educação da Universidad de La Empresa - UY, [fisikla@gmail.com](mailto:fisikla@gmail.com);

## RESUMO

Na história da educação as pedagogias realizaram modificações buscando a superação do autoritarismo e uma nova perspectiva, baseada na autonomia do aluno, em que haveria maior participação social e democrática. Na Educação Física escolar brasileira não foi diferente, partindo do militarismo que impunha ao aluno ser patriota e estar a serviço do país. A avaliação era realizada através da submissão dos alunos, do medo, do excesso de rigidez e da averiguação dos mais fortes e capazes de defender os objetivos. No período Higienista ênfase maior é dada na biologia, caracterizando uma relação entre o exercício físico e o corpo. No século XX dá-se o período dos esportes de alto rendimento objetivando formar medalhistas e instigando a exclusão de muitos alunos devido às limitações psicomotoras. Atualmente a exclusão de alunos tornou-se inadmissível, a disciplina passa a promover o desenvolvimento psicomotor, cognitivo e social, aceitando e ensinando a aceitar as diferenças. Na implementação da LDB 9394/96 a disciplina ganhou destaque deixando de ser integradora e tornando-se importante na formação moral e física integrando a proposta pedagógica da escola como componente curricular obrigatório. Após análise bibliográfica e documental nota-se a necessidade de uma avaliação mais adequada, sistematizada e contínua, que conte com diversos instrumentos, possibilitando avaliação integral do educando e a sua retenção. No entanto, é ideal adotar caráter de complementação, retendo o educando em caso de dificuldades no desenvolvimento dentro das três dimensões (atitudinal, conceitual e procedimental) reforçando o seu desempenho em outras disciplinas.

**Palavras-chave:** Avaliação, Educação Física, Escolar.

## INTRODUÇÃO

**H**istoricamente a avaliação sempre esteve na raiz dos processos educativos, passou por várias significações e modificou até o seu papel enquanto instrumento, deixando de ser final para ser parte do processo. Seu papel por muito tempo ficou a mercê do tradicionalismo, que caracteriza uma falta de compreensão do significado do aprendizado, simplesmente buscando avaliar de forma padronizada e caracterizando a avaliação como instrumento negativo para menosprezar alunos perante a sua defasagem de conhecimento, conforme as fortes palavras citadas por Hoffmann (2002) “Nós viemos sofrendo a avaliação em nossa trajetória de alunos professores”.

A atual prática da avaliação escolar estipula que a função é avaliar classificando o indivíduo e não o diagnosticando, como deveria ser (LUCKESI, 2002). Professores e alunos não têm entendido o real significado, sendo que este termo obteve diferentes atribuições, como: prova, nota, conceito, boletim, recuperação, reprovação (HOFFMANN, 2002).

Os sistemas de ensino aparentemente têm estado atentos aos resultados gerais dos alunos para classificá-los como aptos ou não aptos. Segundo Luckesi (2002), “Pais, sistema de ensino, profissionais da educação, professores e alunos, todos tem suas atenções centradas na promoção, ou não, do estudante de uma série de escolaridade para outra.”

No momento atual alguns sistemas educacionais estão aderindo aos pareceres dados individualmente aos educandos, dando ênfase às suas facilidades e dificuldades visando uma formação integral e apontando as potencialidades de cada um, mas mesmo assim ainda ligados ao objetivo final de reter ou aprovar para o ano/série seguinte.

A disposição curricular brasileira ainda obedece ao sistema de disciplinas que abrangem obrigatoriamente Língua Portuguesa, História, Matemática, Ciências Naturais, Geografia, Arte e Educação Física no Ensino Fundamental, mas dentre estas duas sempre têm a sua forma de avaliar bastante diferenciada das demais, pois objetivam muito mais o desenvolvimento de habilidades visuais, motoras e sociais do que as demais que focam praticamente só nas cognitivas. São estas as disciplinas de Arte e Educação Física que apesar de obrigatórias são adotadas mais para o desenvolvimento e promoção individual das capacidades possíveis, servindo de apoio às demais disciplinas na hora de reter um aluno e não retendo por

si somente, o que já não é mais nem possível nas demais disciplinas, pois com apenas uma retenção o aluno avança com estudos de recuperação a serem realizados no ano/série seguinte. Porém essa visão diferenciada trás descrédito à importância destes componentes curriculares na formação escolar, acreditando que por não adotar métodos avaliativos como provas e trabalhos escritos deixam de ser importantes no desenvolvimento dos educandos.

Isso nos remete a questionar o que deve avaliar e de que forma deve ser realizada e fundamentada a avaliação nessas disciplinas. O presente artigo se aterá a analisar estes pontos no componente curricular da Educação Física devido à formação específica da autora na graduação desta área.

## História da avaliação

Nos séculos XVI e XVII a avaliação está ligada num primeiro momento à pedagogia jesuíta, constituída por padres em suas missões, em que pretendiam doutrinar a aprendizagem sobre valores e moral cristã. Exigido pela igreja, em que o medo era instituído e a partir disso os exames escolares eram aplicados através da determinação de como e quando seria esta forma de avaliação. Na pedagogia Comeniana, de John Amós Comenius, a atenção estava ligada ao poder e a manutenção da classe dominante, que transformava as pessoas em uma sociedade disciplinadora, também era influenciada pelo medo (LUCKESI, 2002).

Segundo Perrenoud (1999), a avaliação não é uma tortura medieval e sim uma invenção nascida com os colégios por volta do século XVII tornada indissociável do ensino de massa que conhecemos desde o século XIX, com a escolaridade obrigatória.

De acordo com Depresbiteris (1989), durante as primeiras décadas do século XX, a avaliação educacional estava associada à aplicação de testes, o que imprimia um caráter instrumental ao processo avaliativo. Surgiram grandes contribuições nesta perspectiva sobre o teste, mas o que obteve maior destaque foi Ralph Tyler, a partir de 1950, que defendia a inclusão de uma variedade de procedimentos avaliativos como: testes, questionários, fichas de registros, de comportamentos, inventários e escalas de atitudes.

Tyler acreditava que avaliação tinha dois aspectos importantes: o julgamento do comportamento dos alunos, no qual pretendia a modificação dos comportamentos e o segundo aspecto, não só envolver um único julgamento

em uma única ocasião, mas em momentos distintos, identificando mudanças no desenvolvimento.

De acordo com Luckesi (2002) a avaliação escolar sempre esteve a serviço de uma pedagogia dominante, que servia a um modelo social dominante, que pode ser identificado como modelo social liberal conservador. Este constituiu-se de três pedagogias que se interligavam. A pedagogia tradicional, que tinha visão centrada no intelecto do indivíduo, na transmissão dos conteúdos e no professor; a pedagogia renovada ou escolanovista, que estava centralizada nos sentimentos dos alunos, na espontaneidade da produção do conhecimento e as diferenças de cada educando; a pedagogia tecnicista, que visualizava os meios técnicos de transmissão e apreensão dos conteúdos e o princípio do rendimento.

No período que segue surge a pedagogia libertadora que tangia a igualdade entre os seres humanos, tendo como objetivo a transformação que viria pela emancipação das camadas populares, promovendo o processo de conscientização cultural e política através dos muros escolares e por isso era destinada aos adultos. Já a pedagogia Libertária representada pelos anti-autoritários e autogestionários, caracterizada pela conscientização e organização política dos educandos dentro da escola. E ainda a pedagogia sociocultural que enfatizava a igualdade de oportunidades para todos dentro do processo de educação e compreensão da prática educacional (LUCKESI, 2002).

Observamos que as pedagogias realizaram modificações e transformações ao longo dos anos, que buscavam a superação do autoritarismo e uma nova perspectiva, baseada na autonomia do aluno, em que haveria maior participação social e democrática.

Na perspectiva já mais contemporânea Libâneo (1994) afirma que a avaliação não deve significar a simples realização de provas e atribuição de notas aos alunos e preconiza três funções da avaliação que são: pedagógico-didática, de diagnóstico e de controle que fazem parte da utilização de instrumentos avaliadores do rendimento escolar.

A função pedagógico-didática tem o papel do cumprimento dos objetivos gerais e específicos da educação escolar. A função diagnóstica permite identificar progressos e dificuldades dos alunos e modelar a atuação do professor. A função de controle se refere aos meios e à frequência das verificações e de qualificação dos resultados escolares, possibilitando o diagnóstico das situações didáticas.

Dias (2004) reforça estas ideias afirmando que o ato de avaliar implica um processo de acompanhamento durante todo o processo de aprendizagem e não apenas dar uma nota aos alunos, reprovar ou aprovar, classificar como apto ou não.

Segundo Hoffmann (2002) para a avaliação ser efetiva é necessária “a tomada de consciência e a reflexão a respeito desta compreensão equivocada de avaliação como julgamento de resultados, porque ela veio se transformando numa perigosa prática educativa.”

A avaliação ocorre “por confiar nas possibilidades próprias das crianças, negando a determinação “a priori” de comportamentos esperados, e por introduzir a perspectiva da avaliação como fundamento da ação educativa a partir da valorização das crianças em suas manifestações.” (HOFFMANN, 2002).

Para Luckesi (2002), “a avaliação pode ser caracterizada como uma forma de ajuizamento da qualidade do objeto avaliado, fator que implica uma tomada de posição a respeito do mesmo, para aceitá-lo ou para transformá-lo”.

Segundo Hoffmann (2002), a forma de avaliação utilizada pelo professor é caracterizada através do reflexo dele como aluno e para tal se torna necessária a tomada de consciência dessas influências para que nossa prática avaliativa não reproduza, inconscientemente, a arbitrariedade e o autoritarismo que contestamos pelo discurso, constituindo um “ressignificado” para a avaliação.

Para Luckesi (2002) “a definição mais comum adequada, encontrada nos manuais, estipula que a avaliação é um julgamento de valor sobre as manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão.”

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira 9394/96 em seu artigo 24º, estabelece que no inciso:

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais; (BRASIL, 1996).

## Caracterização dos tipos de avaliação

Em contraponto à avaliação diagnóstica Luckesi (2002) cita a avaliação classificatória, tida como instrumento estático e frenador do processo de

crescimento durante a aprendizagem. Já a avaliação diagnóstica cria um processo de desenvolvimento da autonomia e das competências da ação durante a aprendizagem.

A avaliação diagnóstica é utilizada objetivando pré-determinar a maneira pela qual o educador deverá encaminhar, através do planejamento, a sua ação educativa. Terá como função estabelecer os limites para tornar o processo de aprendizagem mais eficiente e eficaz. Esta didática pode ser considerada como o ponto de partida para todo trabalho a ser desenvolvido durante o ano pelo educador.

Para Sant'anna (1995), a avaliação diagnóstica "visa determinar a presença ou ausência de conhecimentos e habilidades, inclusive buscando detectar pré-requisitos para novas experiências de aprendizagem. Permite averiguar as causas de repetidas dificuldades de aprendizagem." A auto-avaliação é considerada muito importante pois faz com que o aluno seja capaz de parar, pensar, concluir e continuar a escalada do conhecimento, para que ele conscientize e progrida por si próprio.

Para Cruz (2014), esta avaliação possui três objetivos: Identificar a realidade de cada aluno; Verificar se o aluno apresenta ou não habilidades e pré-requisitos para o processo; Identificar as causas, de dificuldades recorrentes na aprendizagem. Assim é possível rever a ação educativa para sanar os problemas.

A avaliação formativa ou controladora tem como função controlar com o intuito de verificar se os estudantes estão alcançando os objetivos propostos anteriormente, devendo ser realizada durante todo o período letivo. Visa basicamente avaliar se o aluno domina gradativamente e hierarquicamente cada etapa da aprendizagem, antes de avançar para outra etapa subsequente de ensino-aprendizagem, mas evitando as tensões causadas pelas avaliações tradicionais. (CRUZ, 2014)

Para a mesma autora:

Por depender mais da sensibilidade e do olhar técnico do educador, esse formato de avaliação fornece mais informações que permitem a customização do trabalho do professor com base nas necessidades de cada aluno. Nesse sentido a avaliação um instrumento de controle da qualidade, tendo como maior objetivo um ensino de excelência em todos os níveis. (CRUZ, 2014)

Segundo Sant'anna (1995) a avaliação formativa "é realizada com o propósito de informar o professor e o aluno sobre o resultado da aprendizagem, durante o desenvolvimento das atividades escolares".

Por fim, a avaliação somativa ou classificatória, tem como função básica a classificação dos alunos, sendo realizada ao final de um curso ou unidade de ensino. Classificando os estudantes de acordo com os níveis de aproveitamento previamente estabelecidos. Atualmente a classificação dos estudantes se processa segundo o rendimento alcançado, tendo por base os objetivos previstos.

É através deste tipo de avaliação que são fornecidos aos estudantes os chamados feedback's que informam o nível de aprendizagem alcançado e presta-se à comparação de resultados obtidos, visando também a atribuição de notas. (CRUZ, 2014)

Para Luckesi (2002) a avaliação educacional escolar assumida como classificatória, torna-se, um instrumento autoritário e frenador do desenvolvimento de todos os que passarem pelo ritual escolar, possibilitando a uns o acesso e aprofundamento no saber, a outros a estagnação ou a evasão dos meios de saber.

Essas três formas de avaliação devem ser vinculadas e/ou conjugadas para se garantir a eficiência e eficácia do sistema de avaliação e assim tendo como resultado final a excelência do processo ensino-aprendizagem. Permanecer em contínuo processo de avaliação a fim de promover a aprendizagem do aluno e a eficácia da ação do professor utilizando várias formas possíveis de avaliação com intuito de atingir a habilidade de cada um ressaltando as potencialidades individuais.

A avaliação é fundamental para a prática reflexiva do professor, pois possibilita a práxis de ação-reflexão-ação, ou seja, planejar e agir, avaliar para refletir sobre o que foi alcançado e o que precisa ser reformulado para corrigir as falhas do processo planejando uma nova ação que supra essas falhas. Essa prática deve ser constante, não deixando tempo para que as falhas aprofundem-se, logo agindo sobre elas para que não se estabeleçam.

## **Avaliação no contexto histórico da Educação Física**

A Educação Física surge com a necessidade do homem em lutar, conquistar, fugir e caçar para sobreviver na terra, buscando a melhoria de sua condição para executar estas tarefas, praticando uma educação física natural e utilitária. Assim, realiza os movimentos corporais básicos e naturais desde que se colocou de pé: nadar, correr, trepar, empurrar, saltar, arremessar, puxar, etc.



A evolução da Educação Física acontece gradativamente à evolução cultural dos povos, estando interligada aos sistemas políticos, sociais, econômicos e científicos das sociedades.

Historicamente no Brasil a avaliação inicia com o militarismo no século XIX, em que os professores inspiravam-se para sua fundamentação e prática nas escolas, cabendo ao aluno ser patriota e estar a serviço do país. Assim, a avaliação era realizada através da submissão dos alunos, do medo, do respeito aos superiores, do excesso de rigidez e da averiguação dos mais fortes e capazes de defender os objetivos.

Na mesma época surge o período Higienista que seguia os mesmos objetivos e características do período militar, mas tinha uma ênfase maior na preocupação biológica, pois caracterizava uma relação entre o exercício físico e o corpo humano, devido aos conhecimentos advindos da anatomia e fisiologia (FERNANDES; GREENVILE, 2007).

Já no século XX, surge o período dos esportes de alto rendimento, que passam a ter uma maior importância dentro das práticas escolares, com objetivo de formar medalhistas, e a Educação Física passa a adotar a esportivização formando equipes para a participação em competições. Nesta metodologia de ensino muitos alunos eram excluídos devido às suas limitações psicomotoras e eram desprivilegiados de participarem das aulas.

Atualmente no ensino de Educação Física a exclusão de alunos é inadmissível, uma vez que pretende promover o desenvolvimento psicomotor, cognitivo e social dos indivíduos, aceitando e ensinando a aceitar as diferenças.

Segundo Darido e Rangel (2005) a avaliação em Educação Física deve abranger as dimensões cognitiva (competências e conhecimentos), motora (habilidades motoras e capacidades físicas) e atitudinal (valores), verificando a capacidade de o aluno expressar sua sistematização dos conhecimentos relativos à cultura corporal em diferentes linguagens – corporal, escrita e falada. Esta forma de avaliação unifica qualidade e quantidade num processo contínuo.

Segundo Rodrigues (2008) o processo avaliativo quantitativo define o ato de mensurar, através de testes de aptidão, sendo um importante instrumento de coleta de dados. Porém, fatores externos ao processo avaliativo, intrínsecos e extrínsecos, podem interferir de forma a modificar a performance (movimento observável) do aluno, o que poderá refletir no resultado final da avaliação e se novamente aplicado em circunstâncias diferentes possivelmente obterá novos resultados. Por essa razão a avaliação deve

ser um processo contínuo, e não a mensuração em um momento distinto. A avaliação desenvolvida de forma contínua também é importante para o professor, na medida em que lhe fornece parâmetros para observar se seus objetivos, conteúdos e metodologia de ensino estão sendo adequados para a população em questão.

Porém, a avaliação em um momento distinto também é muito importante porque a sociedade nos impõe cobranças a todo instante, que devem ser respondidas independentemente de fatores intrínsecos ou extrínsecos. Desta forma, talvez a união entre a avaliação contínua e a avaliação em um momento distinto seja a forma mais adequada para se realizar o sistema avaliativo quantitativo no processo ensino- aprendizagem.

No processo avaliativo qualitativo o que observamos é a variação de qualidades desenvolvidas pelos alunos a partir das atividades propostas pelo docente e por isso, não pode ser medido quantitativamente, como não se pode medir a intensidade da felicidade. Neste ponto a observação é objeto primordial de avaliação, uma vez que inferir mudanças comportamentais é muito difícil, partindo do princípio que podemos observar a evolução de uma qualidade, porém não podemos mensurá-la.

Em suma, os alunos deverão ser avaliados através de duas formas. A primeira forma é a sistemática, que se caracteriza da utilização de observações das situações vivenciadas em aulas, de perguntas e respostas formuladas dentro das aulas. Já a segunda forma é a específica, que se caracteriza através de provas, pesquisas, relatórios, apresentações, etc.

Segundo Rangel (2010), a avaliação hoje deve ser algo mais integral, que avalie o ensino, a aprendizagem e até mesmo o professor. Ela se caracteriza pela utilização de alguns instrumentos como: pequenos trabalhos em grupos, apresentações, redações sobre os temas trabalhados em aula, avaliar jogos e brincadeiras observando regras, estratégias e habilidades ensinadas e sua utilização, respostas às perguntas do professor, a participação cooperativa durante as atividades e a resolução de conflitos.

De acordo com Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil, no que se refere às crianças, a avaliação deve permitir que elas acompanhem suas conquistas, suas dificuldades e suas possibilidades durante o processo de aprendizagem, cabendo ao professor compartilhar as observações feitas para sinalizar os avanços nas possibilidades e superação das dificuldades (BRASIL, 1998); “a avaliação não se dá somente no momento final. É tarefa permanente do professor, instrumento indispensável à constituição de uma

prática pedagógica e educacional verdadeiramente comprometida com o desenvolvimento das crianças.” (BRASIL, 1998).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais possuem critérios de avaliação na Educação Física no 1º e 2º ciclos do ensino fundamental, cujos aspectos são: avaliar a demonstração de segurança para experimentar as situações propostas, a participação das atividades respeitando as regras e a organização, reconhecimento e respeito das diferenças individuais e auxílio aos colegas, interação em relação à aceitação dessa ajuda, reconhecimento dos benefícios à saúde através das atividades físicas, respeito às possibilidades de desempenho e a interação com os outros, valorização das manifestações culturais do movimento que compreende diversas aprendizagens de diferentes tipos de movimentos e expressões (BRASIL, 1997).

Os PCNs possuem também critérios de avaliação na Educação Física no 3º e 4º ciclos do ensino fundamental, sendo que se deve valorizar a cultura corporal do movimento, realizar às praticas da cultura corporal do movimento e relacionar os elementos da cultura corporal com a saúde e a qualidade de vida (BRASIL, 1998).

Segundo os PCNs, é importante durante o processo avaliativo a utilização de instrumentos que estejam ligados aos aspectos de conteúdos, os quais estão em conjunto de acordo com as três dimensões de conteúdos: dimensão conceitual, dimensão procedimental e dimensão atitudinal. Sendo que a dimensão conceitual refere-se a fatos, conceitos e princípios, a dimensão procedimental ligado ao fazer e a dimensão atitudinal refere-se a valores, normas e atitudes (BRASIL, 1998).

Os PCNs caracterizam a avaliação como contínua, por compreender “as fases que se convencionou denominar diagnóstica ou inicial, formativa ou concomitante e somativa ou final” (BRASIL, 1998). Desta forma elaborou-se o quadro esquematizado abaixo:

**Figura 1:** Esquema das principais características do processo avaliativo contínuo em Educação Física, tipos de avaliação e formas de avaliar.

CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO AVALIATIVO CONTÍNUO EM EDUCAÇÃO FÍSICA	
TIPOS DE AVALIAÇÃO	FORMA DE AVALIAÇÃO
- DIAGNÓSTICA ou INICIAL	- SISTÊMICA      OBSERVAÇÕES, VIVÊNCIAS EM AULA
- FORMATIVA ou CONCOMITANTE	- ESPECÍFICA      PROVAS, PESQUISAS, APRESENTAÇÕES, ETC.
- SOMATIVA, CLASSIFICATÓRIA ou FINAL	

Segundo os PCNs, é importante durante o processo avaliativo a utilização de instrumentos que estejam ligados aos aspectos de conteúdos, os quais estão em conjunto de acordo com as três dimensões de conteúdos: dimensão conceitual, dimensão procedimental e dimensão atitudinal. Sendo que a dimensão conceitual refere-se a fatos, conceitos e princípios, a dimensão procedimental ligado ao fazer e a dimensão atitudinal refere-se a valores, normas e atitudes (BRASIL, 1998).

Os PCNs caracterizam a avaliação como contínua, por compreender “as fases que se convencionou denominar diagnóstica ou inicial, formativa ou concomitante e somativa ou final” (BRASIL, 1998).

## METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de campo inserida no paradigma pós-positivista, de abordagem qualitativa com objetivos que a classificam como de ordem descritiva contando com revisão bibliográfica e documental, realizando levantamento de informações a partir de artigos e teóricos da Educação Física e da avaliação escolar comparando as informações encontradas aos documentos pertinentes como LDB e os PCN's, que norteiam o fazer pedagógico brasileiro do início do século XVI.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A falta de instrumentalização do processo avaliativo e de parâmetros comparativos, acarretam sérios problemas para a Educação Física escolar. Essa falta de instrumentos de suporte para a avaliação, critérios mais objetivos do que subjetivos, a falta de um objeto de estudo específico na área, caracteriza a atual tendência do processo avaliativo na escola.

Pesquisas realizadas no campo da Educação Física têm indicado, em sua grande maioria, que os professores realizam suas avaliações com base na aptidão física, assiduidade e participação, cujo instrumento é a observação. A avaliação específica é realizada apenas para cumprir normas impostas por lei, ocorrendo sem planejamento e, conseqüentemente, sem objetivos educacionais pré-definidos (SANTOS, 2008).

Por outro lado, entrevistas realizadas com professores de Educação Física no artigo apresentado por Rafael de Matos Bombonato et al. evidenciam a utilização de diferentes instrumentos de avaliação como forma de

concretização da avaliação sistêmica, passando-a para específica quando realizados registros em forma de vídeos, relatórios e diários.

O que precisamos entender é que esta é uma disciplina que prima o fazer acima do escrever e do falar e fixa suas bases dentro do convívio social proporcionado ao estudante no momento da prática, dando maior importância à formação atitudinal dos mesmos, e esta dimensão apenas pode ser percebida através da observação diária realizadas nas aulas, podendo ser sim registrada em forma de observações nos planejamentos do docente ou mesmo filmagens que sirvam de apoio para o registro escrito, mas que não podem ser tratados como banais apenas porque não podem ser submetidos à instrumentos de avaliação específica.

Por outro lado, é necessário que haja vários instrumentos e momentos de avaliação para que se possibilite atingir a todas as habilidades que os educandos apresentam. Contemplar a observação diária atitudinal, o desenvolvimento das habilidades motoras com realização de testes específicos em vários momentos e os registros escritos através de trabalhos variados, torna a avaliação evidente e eficaz, dando subsídios ao professor para avaliar os estudantes e a si mesmo, redirecionando a metodologia de ensino se necessário para garantir o desenvolvimento e aprendizagem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todas estas considerações sobre a história da Educação Física e o processo de avaliação ao qual vem se submetendo nos meios escolares, seu descrédito como disciplina no currículo escolar, é viável afirmar que, apesar deste cenário, é possível sim a retenção de alunos pela disciplina uma vez que é reconhecida como componente curricular obrigatório bem como os demais.

Na implementação da LDB 9394/96 a disciplina ganhou novo destaque deixando de ser integradora e tornando-se importante na formação moral e física dos estudantes. De acordo com o artigo 26 a Educação Física está integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa apenas nos cursos noturnos.

No entanto, é ideal adotar caráter de complementação, retendo o educando em caso de dificuldades no seu desenvolvimento dentro das três dimensões, tanto atitudinal, quanto conceitual e procedimental, lembrando que deverá vir a reforçar o seu desempenho em outras disciplinas, para que

haja reforço na avaliação sistêmica observada, dando credibilidade e evidências na fundamentação da retenção.

## REFERÊNCIAS

BAGNARA, Ivan Carlos; LARA, Aline da Almeida; CALONEGO, Chaiane. O processo histórico, social e político da evolução da Educação Física. Disponível em < <http://www.efdeportes.com/efd145/o-processo-historico-da-educacao-fisica.htm>> Acesso em 02 de setembro de 2017;

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L939](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L939). Acesso em: 27 de agosto de 2017;

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental: Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física. Primeiro e Segundo ciclos do Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental: Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física. Terceiro e Quarto ciclos do Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998a, v. 1.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998c, v. 3.

CRUZ, Kamila Cristina Miranda. Funções da Avaliação Escolar. Disponível em <[http://www.pedagogia.com.br/artigos/funcoes\\_avaliao/index.php?pagina=2](http://www.pedagogia.com.br/artigos/funcoes_avaliao/index.php?pagina=2)> Acesso em 02 de setembro de 2017.

DARIDO, Suraya Cristina; RANGEL, Irene Conceição. *Educação Física na Escola – Implicações para a Prática Pedagógica*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

DIAS, Alessandra Aparecida. *Avaliação em Educação Física Escolar*. São Paulo, 2004.

DEPRESBITERIS, Léa. *O Desafio da Avaliação da Aprendizagem: dos fundamentos a uma proposta inovadora*. São Paulo: EPU, 1989.

FERNANDES, Saulo; GREENVILE, Roberta. Avaliação da Aprendizagem na Educação Física Escolar. *Motrivivência*, ano XIX, nº 28, p.120-138, Julho de 2007.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliação: Mito e Desafio: uma perspectiva construtivista*. 31ª ed. São Paulo: Mediação, 2002

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da Aprendizagem Escolar*. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

RANGEL, Irene Conceição Andrade. *Educação Física na Infância*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

RODRIGUES, Cae. Avaliação na Educação Física Escolar. Disponível em <<http://www.efdeportes.com/efd127/avaliacao-na-educacao-fisica-escolar.htm>> Acesso em 17 de setembro de 2017;

PERRENOUD, Philippe. *Avaliação: da excelência a regulação das aprendizagens – entre duas lógicas*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SANT'ANNA, Ilza Martins. *Porque Avaliar? Como Avaliar?: critérios e instrumentos*. 8ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SANTOS, W. Currículo e avaliação na Educação Física: práticas e saberes. In: SCHNEIDER, O. et al. (Org.). *Educação Física esporte e sociedade: temas emergentes*. São Cristovão: Ed. da UFS, 2008. v. 2, p. 87-106.